

# UNIDADE

Sindicato dos  
**JORNALISTAS**  
NO ESTADO DE SÃO PAULO

**FENAJ**  
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

**CUT**  
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Órgão Oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo

## As "reformas" e o golpe nos direitos

Mudanças alteram para pior o trabalho dos jornalistas e atingem em cheio a classe trabalhadora

PERDA

PRECARIZAÇÃO

DESONRA

DIREITOS

GOLPE

DESCASO

DESRESPEITO

retrocesso

desigualdade

DECLÍNIO

DIREITOS

INTOLERÂNCIA

LUTA!

NENHUM DIREITO  
A MENOS!



### Editora Três atrasa salários e afasta dirigente sindical

Sindicalista é perseguido por  
denunciar irregularidades na empresa

pág. 5

### Campanha Salarial

Campanha de Rádio e TV segue sem  
acordo e mobiliza a categoria

pág. 8

### Unidade entrevista

Paulo Moreira Leite comenta a Lava Jato  
e o futuro do jornalismo

pág. 11





## SJSP e o leitor

**L. P.:** Como posso fazer uma denúncia sobre empresas pagando abaixo do piso e lotando a empresa de estagiários?

**SJSP:** Você pode enviar a denúncia diretamente para o SJSP pelo email [jornalista@sjsp.org.br](mailto:jornalista@sjsp.org.br). É aconselhável juntar o maior número de provas

possíveis e contar a situação em detalhes.

**Camila:** Ainda há o desconto de uma mensalidade para o pagamento anual (de uma vez)?

**SJSP:** Sim, Camila. Há desconto para o pagamento da anuidade e, inclusive, concorrendo a sorteio de prêmios. Veja mais na página 4.

**Gisele:** O jornal *Diário de S. Paulo*, não paga seus distribuidores há meses. Na esperança de receber seus salários atrasados, mais de 100 pais de famílias acreditaram na palavra da empresa de que receberiam se continuassem a distribuição. Desde o dia 03/01/2017, os distribuidores pararam

de entregar o jornal em protesto.

**SJSP:** Cara Gisele, o Sindicato acompanha de perto todo o processo pelo qual os jornalistas da empresa Cereja e Conteúdo, dona do Diário, estão passando, e tem tomado todas as providências jurídicas cabíveis. Nossa solidariedade aos distribuidores que, infelizmente, também

são prejudicados pela situação. Acompanhe outras informações na página 9 ou pelo site da entidade: [www.sjsp.org.br](http://www.sjsp.org.br)

**Kauan Matheus:** Olá, queria saber quais cursos dão direito ao registro profissional como fotojornalista

**SJSP:** Prezados Kauan, contate uma entidade parceira do Sindicato para buscar informações mais detalhadas - a Associação de Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Estado de São Paulo - Arfoc.

Você pode ligar no telefone (11) 3257-3991, ou mandar um e-mail para [eliane@arfoc-sp.org.br](mailto:eliane@arfoc-sp.org.br) e também acessando o site: <http://www.arfoc-sp.org.br/>

# UNIDADE

Órgão Oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo

### Diretoria Executiva

#### Presidente

Paulo Leite Moraes Zocchi

#### Secretário Geral

André Luiz Cardoso Freire

#### Secretária de Finanças

Cândida Maria Rodrigues Vieira

#### Secretário do Interior e Litoral

José Eduardo de Souza

#### Secretária de Cultura e Comunicação

Lilian Mary Parise

#### Secretária de Relações Sindicais e Sociais

Clélia Cardim (Telé)

#### Secretária de Sindicalização

Ana Flávia Marques da Silva

#### Secretário Jurídico e de Assistência

Vitor Ribeiro

#### Secretária de Ação e Formação Sindical

Evany Conceição Francheschi Sessa

#### Conselho de Diretores

Alan Felisberto Rodrigues, Vladimir Francisco de Miranda Filho, Thiago Cianga Tanji, Ricardo Vital, José Augusto Camargo, Ana Maria Minadeo de

Moura, Michele Barros, Priscila Chandretti Vicente Vaz e

Edvaldo Antonio de Almeida

#### Diretores Regionais

##### ABCD

Peter Suzano Silva

##### Bauru

Sérgio Luis Pais de Oliveira

##### Campinas

Agildo Nogueira Júnior

##### Piracicaba

Martim Vieira Ferreira

##### Ribeirão Preto

José Francisco Pimenta

##### Santos

Glauco Ramos Braga

##### São José do Rio Preto

Sérgio Sampaio

##### Sorocaba

Fabiana Caramaz

##### Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira

Fernanda Soares Andrade

##### Oeste Paulista

Tânia Brandão

#### Conselho Fiscal

##### Titulares

Rose Nogueira, James Membres Rúbio e Flávio Carrança

##### Suplentes

Raul Antonio Varassin e Sylvio Micelli

#### Comissão de Registro e Fiscalização (Corfep)

##### Titulares

Alan Ricardo Covas, Douglas Amparo Mansur e Marlene Bergamo

##### Suplentes

Solange Aparecida Melendez e Márcia Quintanilha

##### Diretores de Base

##### ABCD

Carlos Eduardo Bazilevski, Érica Aragão Peixoto, Manoel Alves dos Santos, Vilma Amaro (licenciada) e Roberto Parizotti

##### Bauru

Ricardo Epifânio de Santana, Luis Victorelli, Ieda Cristina Borges e Joanna Brandão P. de Andrade

##### Campinas

Hugo Arnaldo Gallo Mantellato, Fernanda de Freitas e Marcos Rodrigues Alves

##### Oeste Paulista

Altino Oliveira Correia, Everton dos Santos, Sérgio Borges e José dos Reis

##### Piracicaba

Adriana Ferezim dos Santos, Patricia Moraes Sant'ana Amancio, Paulo Roberto Botão, Poliana Salla Ribeiro e Vanderlei Antonio Zampaulo

##### Ribeirão Preto

Aureni Menezes, Antonio Claret Gouvea, David Batista Radesca, Fábio Lopes, Nilton Pinat Júnior e Ronaldo Augusto Maguetas

##### Santos

Carlos Alberto Ratton, Diogo de Oliveira Caixote, Denise Beatriz Neves, Eraldo José dos Santos, Emerson Pereira Chaves, Reynaldo Salgado e Luigi Bongiovanni

##### São José do Rio Preto

José Luis Lançoni, Igor Sorenti e Jocelito Paganelli, Harley Pacola e Arnaldo de Freitas Vieira.

##### Sorocaba

Aparecida Vitalina Muniz, José Antonio Rosa e Riana Kelly Pires Martins

##### Vale do Paraíba

Bruna Briti Vieira Guimarães, Camões Ribeiro do Couto Filho, Nilton Cardim e Vanessa Gomes de Paula.

#### Comissão de Ética

Denise Fon, Roland Marinho Sierra, Flávio Tiné, Fernando Jorge, Antonio Funari Filho, João Luis Marques, Franklin Valverde, Lúcio França, Rodrigo Sérvulo.

### EXPEDIENTE

#### Diretora responsável:

Lilian Parise (MTb 13.522/SP)

#### Editora:

Flaviana Serafim (MTb 32.827/SP)

#### Redação:

Flavia Gianini (MTb 0.565/MG)

#### Diagramação:

Victor Paoluk

#### Conselho Editorial:

Jaqueline Lemos, Luiz Carlos Ramos, Laurindo Leal Filho (Lalo), Assis Ângelo, Renato Yakabe e Adunias Bispo da Luz.

Impressão: Bangraf - Tiragem: 5.000

Fone (11) 2940-6400

Os artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal ou do Sindicato.

Rua Rego Freitas, 530 - sobreloja

CEP 01220-010 - São Paulo - SP

Tel: (11) 3217-6299

[sjsp.org.br](http://sjsp.org.br)

[unidade@sjsp.org.br](mailto:unidade@sjsp.org.br)

[/JornalistasSP](https://www.facebook.com/JornalistasSP)

[/SindicatoJornalistasSP](https://www.facebook.com/SindicatoJornalistasSP)

# Reflexões sobre uma dura campanha salarial

As dificuldades com as quais se deparam os jornalistas na Campanha Salarial de Rádio e TV falam muito da realidade que atinge hoje a grande massa das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros. O último reajuste do segmento ocorreu em 1º/12/2015, e, em dois anos, a inflação acumulou 19,17%. Depois da última data base, já se passaram mais dois meses...

Mesmo em meio à crise econômica que atinge o país, as grandes emissoras se mantêm rentáveis, como mostra a evolução dos impostos do setor divulgados pela Receita Federal, mas os patrões se aproveitam da situação para lucrar no mesmo sentido do grosso do empresariado brasileiro: na redução do custo do trabalho.

## Justiça contra o trabalho

A categoria decidiu, em abril de 2016, ingressar com um dissídio judicial trabalhista, frente à intransigência dos patrões. Para uma inflação acumulada em 10,97% (dezembro/15 a novembro/16), as empresas buscavam impor um reajuste salarial de apenas 6%. Foram 13 rodadas de negociação, com os jornalistas batendo num muro.

A posição da categoria na negociação sempre foi a de buscar um reajuste salarial justo e digno – com a reposição da inflação e um aumento real correspondente ao incontestável crescimento da produtividade de

nosso trabalho – por meio de sua ação direta e de negociações entre as partes. O recurso ao dissídio acabou sendo uma resposta forçada ao abuso do poder econômico e também jurídico das grandes redes de comunicação.

Ao apostar no impasse, as empresas levavam em conta as dificuldades que a Justiça do Trabalho, atualmente, impõe aos dissídios coletivos, e que se agravaram após a ascensão de Temer. A Emenda Constitucional 45 estipula a necessidade de “comum acordo” entre as partes para que se ajuíze um dissídio trabalhista. Em outros termos, os patrões têm de concordar em submeter a questão à Justiça para que a legitimidade da ação não seja contestada.

A emenda é controversa, pois viola uma cláusula pétrea da Constituição, que garante o amplo acesso à Justiça, quando afirma em seu artigo 5º: “A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. Um processo que contesta sua constitucionalidade está no Supremo Tribunal Federal há anos esperando apreciação.

No julgamento do dissídio, o Tribunal Regional do Trabalho aceitou os argumentos do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo e julgou o mérito da ação, concedendo 10,94% de reajuste retroativos a dezembro de 2015. Enquanto isso, no STF, o ministro Gilmar Mendes, em decisão monocrá-

tica, concedeu uma liminar suspendendo todos os processos trabalhistas com base na Súmula 277 do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A súmula determina que, quando se encerra o prazo de uma Convenção Coletiva, seus dispositivos continuam valendo até que as negociações terminem e ela seja renovada. Graças a este dispositivo – a ultratividade no jargão jurídico –, direitos como convênio médico, vale refeição e tantos outros não deixam de ser válidos se uma negociação demora a ser concluída.

Resultado: em janeiro, o presidente do TRT da 2ª Região (SP), em obediência à decisão do STF, determinou a suspensão de todos os dissídios com base na súmula, o que inclui o nosso de Rádio e TV. A sentença ainda existe, mas o processo será suspenso, e quando voltar a tramitar (depois que o STF julgar a liminar de Mendes), os patrões poderão apresentar recurso ao TST, com boas chances de verem o tribunal extinguir nossa ação por falta de comum acordo.

## Organização da categoria

Os percalços do caminho jurídico não significam que nossa vitória em primeira instância deva ser desprezada, mas ressaltam que a defesa dos direitos da categoria – do salário real, das condições de trabalho, do próprio emprego – estão, sobretudo, nas mãos da própria categoria.

As empresas aproveitam-se do cenário econômico e político, no qual o governo golpista desdobra uma agenda crescente contra os direitos trabalhistas, e – a despeito de sua boa condição econômica – tentam impor uma redução de cerca de 5% no salário real. A única forma de resistência é a ação coletiva da categoria por meio de sua organização sindical.

Nesta campanha, caminhamos. Fizemos três rodadas de assembleias nos locais de trabalho, reunindo quase 500 jornalistas em cada uma. Na Rede Globo, na capital, os jornalistas realizaram uma manifestação de protesto em dezembro, expressão máxima de um descontentamento que atinge a todos. No recente plebiscito que recusou a proposta patronal, a participação de 1.273 jornalistas foi recorde!

São sinais de que a categoria avança em seu movimento. Cai a ficha de que só podemos efetivamente ter uma negociação real quando a categoria conseguir realizar mobilizações de impacto, como protestos e greve. Ainda vamos ver aonde chegará a atual Campanha Salarial de Rádio e TV. Mas há um primeiro saldo a tirar: reforçar a sindicalização e a participação consciente e organizada no Sindicato, visando renová-lo e permitir à categoria se apropriar plenamente de uma entidade que é sua.

**Direção do SJSP**



Sindicato dos  
**JORNALISTAS**  
NO ESTADO DE SÃO PAULO

siga o  
**SINDICATO**  
nas redes



/JornalistasSP



sjsp.org.br



/SindicatoJornalistasSP



Se 2016 foi marcado por intensa luta contra a retirada de direitos dos trabalhadores e ataques à soberania nacional, também foi um ano de avanços na organização sindical dos jornalistas em defesa da categoria. Mas 2017 será ainda mais intenso. Para o enfrentamento das crises política e econômica, do aumento do desemprego e das precárias condições de trabalho, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) vai intensificar ações de mobilização uma vez que o cenário de incertezas e ataques tende a ser maior e mais complexo em curto prazo.

Diante dos desafios futuros, os dirigentes da entidade destacam que as negociações das campanhas salariais devem mais duras por parte dos patrões que insistem em usar a crise econômica como descul-

## Os jornalistas, o Sindicato e os desafios da categoria para 2017

**Crise econômica e política complicam cenário para campanhas salariais. Mobilização é fundamental para manutenção de direitos**

pa para a retirada de direitos conquistados ao longo de anos de luta e garantidos nas Convenções Coletivas de Trabalho. “Com mudanças para pior na cúpula do judiciário brasileiro prevemos novas decisões arbitrárias, como a tomada pelo ministro Gilmar Mendes ao suspender a Súmula 277, que prevê que, enquanto não há um novo Acordo Coletivo entre patrões e trabalhadores, continuam valendo os efeitos do acordo anterior. Isso deve gerar ainda mais insegurança jurídica para os trabalhadores”, avalia o presidente do SJSP, Paulo Zocchi.

### Luta que segue

Para enfrentar os retrocessos trabalhistas, o Sindicato está intensificando a organização nos locais de trabalho e priorizando a participação da categoria em todos os fóruns de decisão. Um exemplo de sucesso de mobilização da categoria são as assembleias com os jornalistas de Rádio e TV que estão sendo realizadas com média de participação de 500 profissionais por rodada. “A categoria está unida e participando dos debates. Basta ver também as iniciativas dos profissionais de veículos em todo o estado”, afirma Zocchi.

A programação anual inclui ainda uma nova Campanha de Sindicalização, congresso e seminários, debates na sede e nas Regionais, além da comemoração dos 80 anos do SJSP. “A tradição de luta e de resistência dos jornalistas precisa ser mantida com a participação da categoria também nas mobilizações para defender direitos, resgatando o protagonismo tanto na defesa das liberdades individuais, de imprensa e de expressão como no combate para garantir democracia e justiça social”, afirma Lillian Parise, secretária de Comunicação do SJSP e dirigente da CUT/SP.

## Sindicato prepara Campanha de Sindicalização permanente

**Campanha será lançada em março e, até lá, jornalistas que quitarem anuidade no período terão desconto**

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) segue com o planejamento de sua campanha de sindicalização permanente, que

começa em março. Até o dia 20 de fevereiro, os associados que pagarem anuidade terão o desconto de uma mensalidade e quem pagar o semestre terá o

desconto de meia parcela.

Para os jornalistas da capital, o valor anual passa de R\$ 696 para R\$ 638 e, no interior e litoral, de R\$ 408 para R\$ 374 com desconto. Já a semestralidade cai de R\$ 348 para R\$ 319 na capital e R\$ 204 para R\$ 187.

Em janeiro de 2017, conforme decisão em assembleia, a mensalidade passa a ser de R\$ 58 para jornalistas da capital e R\$ 34 para jornalistas do interior e litoral.

Quem pagar a anuidade com desconto também concorre ao sorteio de um tablet. Já quem quitar o semestre, concorre a um carregador portátil, assim como o associado que efetua o pagamento através do débito automático ou desconto em folha.

### Histórico do SJSP

O SJSP existe desde 15 de abril de 1937. Participou e participa de lutas importantes dos jornalistas e da sociedade brasileira, como o embate pela democracia e pelos direitos humanos. Com cerca de 4.800 associados, é o maior sindicato da categoria no país. A entidade é filiada à Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Além da sede à Rua Rego Freitas, em São Paulo, a entidade possui nove regionais em todo o estado: Bauru, Campinas, Oeste Paulista, Piracicaba, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto, Sorocaba, Vale do Paraíba/Litoral Norte/Mantiqueira e ABC.



# Isto É afasta diretor do Sindicato

Editora Três, de forma abusiva, adota medida antissindical, aposta na letargia da Justiça para silenciar entidade e anuncia a precarização total do trabalho dos jornalistas



Na virada do ano, a Editora Três iniciou um processo de demissão por justa causa contra o repórter Alan Rodrigues, diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), há 23 anos na empresa. A Três acusa Alan de ter prestado falso testemunho numa ação em que um ex-empregado move contra a editora, pedindo vínculo empregatício e os direitos trabalhistas sonegados após anos de trabalho como pessoa jurídica (PJ). A acusação não tem qualquer fundamento, já que Alan apenas confirmou as irregularidades trabalhistas cometidas pela empresa, que há anos são denunciadas pelo Sindicato.

Na verdade, trata-se de uma ação temerária e que a entidade lutará nos tribunais para reverter o processo. “Meu compromisso ao depor é falar a verdade. Se a fidedignidade com os fatos prejudicam a empresa não posso ser responsabilizado por isso. O compromisso em juízo é com a boa-fé.”, afirma Rodrigues.

O afastamento do diretor ocorre no mesmo momento em que a editora dá passos para a

precarização total do trabalho dos jornalistas, anunciando que, daqui por diante, não haverá mais correção salarial para os jornalistas PJs, nem 13º, e para parte dos profissionais haverá apenas dez salários ao ano, correspondentes às dez edições das revistas *Menu*, *Motor Show* e *Planeta*.

Nos últimos anos, o Sindicato buscou, por todos os meios, barrar e reverter a precarização na empresa. A última reunião entre a entidade e a direção da Editora Três foi em novembro passado, diante dos boatos de fechamento de revistas e de dificuldades para pagar o 13º no prazo. A editora comprometeu-se em prosseguir a conversa assim que houvesse maior definição de seus planos, mas, no final de dezembro, anunciou uma grande piora nas condições de trabalho e iniciou o processo de demissão por justa causa contra o diretor do sindicato, mesmo em meio às férias do repórter.

## **Marcha da precarização**

Há cerca de uma década, a Editora Três iniciou uma pejotização em massa em suas re-

dações. No princípio, o esquema montado pela empresa mantinha grande referência nos direitos trabalhistas. Nos contratos com cada jornalista, estavam previstos o pagamento de 13º salário, de 30 dias de férias remuneradas anualmente, de descanso semanal remunerado, reajuste anual e todas as conquistas previstas pela Convenção Coletiva com as empresas de jornais e revistas da capital.

A posição do SJSP foi sempre a de dialogar com a categoria, mostrando os graves prejuízos que resultavam da situação, além de denunciar o abuso ao Ministério do Trabalho. A situação chegou a extremos quando a empresa passou a contar com quase uma centena de jornalistas pejotizados, e apenas cerca de dez contratados regularmente.

## **Representação legal**

No final de 2015, a Editora Três anunciou que não pagaria o 13º salário no prazo e que, eventualmente, não repassaria aos salários dos PJs o reajuste acertado ao final da campanha salarial (em novembro). O Sindi-

cato não teve como defender legalmente os PJs, pois, do ponto de vista legal, não eram empregados da empresa. Seria preciso ações individuais pleiteando o vínculo, o que demandaria um tempo longo e impediria a ação legal para garantir os direitos coletivos em curto prazo.

A empresa só negociou depois da mobilização e do risco de greve dos jornalistas e, em dezembro de 2015, foi acordado que o reajuste salarial seria aplicado e que o 13º seria parcelado, com pagamento a partir de maio de 2016. Próxima da data de pagamento, a Três anunciou que não pagaria no prazo e, sem garantias, os jornalistas decidiram entrar em greve. Com a categoria mobilizada, foi definido pagamento a partir de julho, mas com correção e com uma confissão de dívida para cada jornalista, executável caso houvesse atraso. O pagamento então foi feito.

Em dezembro passado, a Editora Três decidiu impor um novo padrão de precarização: pagamento do 13º de 2016 neste segundo semestre e, a partir de 2017, não haverá mais 13º para os PJs. Os salários também não terão mais o reajuste pela campanha salarial.

Paulo Zocchi, presidente do SJSP, avalia que, para os jornalistas, “o balanço dessa trajetória amarga leva à conclusão de que a única alternativa é lutar pela reversão completa da precarização”, pois todos têm direito ao vínculo trabalhista e a todos os direitos a ele associados. “Tal como os jornalistas precisam do emprego para sobreviver, a editora também precisa do trabalho de cada um e não pode agir como pirata, mantendo margens econômicas de pé à custa dos ganhos de seus profissionais”, completa o sindicalista.



## Reforma Trabalhista lesa classe trabalhadora

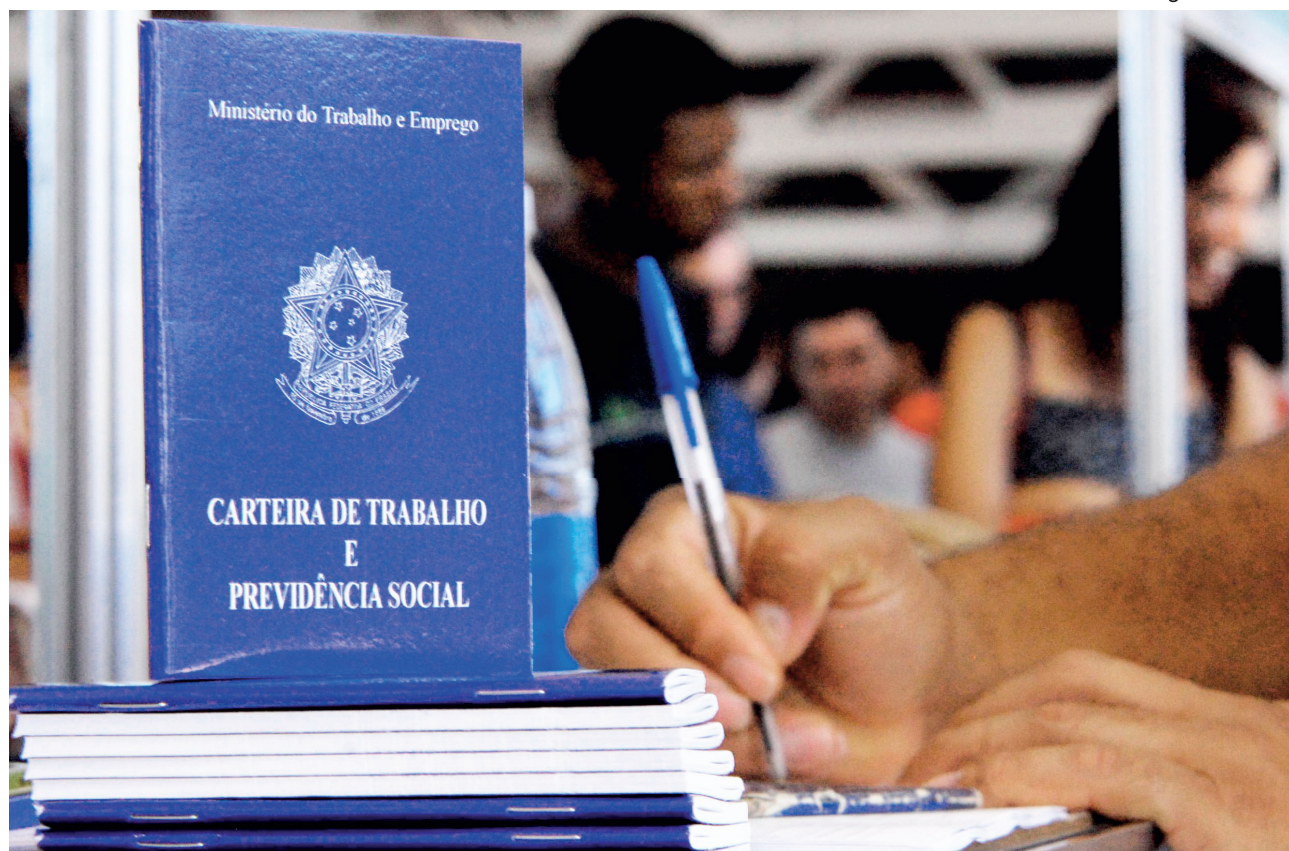
Governo ilegítimo apresentou uma proposta de reforma que flexibiliza direitos dos empregados e obrigações dos patrões

Marcello Casal Jr / Agência Brasil

Está em discussão em Comissão Especial Câmara dos Deputados a proposta de reforma trabalhista do governo Temer. O projeto de lei tramita em caráter de urgência e estabelece pontos que poderão ser negociados entre patrões e empregados e, em caso de acordo, passarão a ter força de lei. Mas ao invés de anunciar um pacote de medidas, o governo vai fatiar a mudança nas regras e patrocinar projetos de lei que tratam dos principais pontos defendidos pelo Planalto: terceirização, regulamentação do trabalho temporário e prevalência de acordos patronais sobre a legislação. A ideia é que eles avancem aos poucos, evitando assim desgaste maior para a imagem do governo.

Os acordos coletivos de trabalho definidos entre as empresas e os representantes dos trabalhadores poderão se sobrepor às leis trabalhistas definidas na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Os defensores da proposta afirmam que a negociação direta garante autonomia para os trabalhadores nas negociações. Mas a possibilidade de acordos trabalhistas virem a ter força de lei é alvo de críticas principalmente por permitir a redução de direitos atualmente assegurados.

“É mais um golpe dentro do golpe. Acabar com a CLT, ampliar a terceirização e a pejotização, aumentar a exploração da mão de obra para engordar lucros de empresários são pautas prioritárias de um governo ilegítimo aliado aos que querem acabar com direitos históricos para enfraquecer a luta da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho e mais qualidade de vida”, destaca



Jornada e intervalo de trabalho estão entre os pontos que podem ser alterados

Lilian Parise, secretária de Comunicação do SJSP e dirigente da CUT/SP.

### Saiba o que mais poderá mudar caso a reforma seja aprovada:

#### Férias:

O texto prevê que as férias poderão ser divididas em três períodos de descanso. A proposta mantém um mínimo de 15 dias seguidos de descanso nas férias, mas que o restante do período poderá ser objeto de negociação coletiva.

#### Jornada de trabalho:

Um dos pontos em que as negociações coletivas poderão se sobrepor à legislação trabalhista é a jornada de trabalho. O texto fala que o cumprimento da jornada

diária poderá ser negociado entre patrões e empregados, desde que respeitado o limite máximo de 220 horas mensais e de 12 horas diárias.

#### Intervalo:

O intervalo dentro da jornada de trabalho também poderá ser negociado, desde que tenha no mínimo 30 minutos.

#### Banco de horas:

Os acordos coletivos poderão prever a criação de um banco de horas para contabilizar as horas extras trabalhadas, além da forma de pagamento.

#### Trabalho remoto:

A atuação do trabalhador fora da sede da empresa também é um dos pontos que poderá ser

definido com força de lei pelas convenções coletivas. Atualmente, prevê jornada máxima de 25 horas por semana, sendo proibidas as horas extras; a proposta é passar para 30 horas semanais, sem horas extras, ou para 26 horas semanais com até 6 horas extras.

#### Contrato:

Haverá dois novos modelos de contrato: um definido por horas trabalhadas e produtividade, e outro, que já vigora atualmente, baseado na jornada de trabalho.

#### Terceirização:

Hoje, é restrita a atividades de suporte, como segurança e serviços de limpeza. Mas a reforma trabalhista prevê a possibilidade de terceirizar a atividade fim.





## Reforma da Previdência: Trabalhar mais, receber menos

**PEC 287 vai ampliar o tempo de trabalho e contribuição, mas não garante aposentadoria integral**

A proposta de reforma da Previdência Social que tramita no Congresso Nacional muda para pior o acesso à aposentadoria. Alegando déficit nas contas, o governo ilegítimo de Michel Temer (PMDB) defende a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287 como solução para equilibrar as contas em meio ao suposto “rombo” na Previdência Social e o envelhecimento populacional.

Para homens com menos de 50 anos e mulheres com menos de 45 anos, a PEC aumenta

o tempo mínimo de contribuição em 66%, de 15 para 25 anos, e estabelece os 65 anos como idade mínima para aposentadoria de ambos os sexos. Há uma regra de transição para os homens com mais de 50 anos e as mulheres com mais de 45, com acréscimo de 50% sobre o tempo de contribuição que faltaria para se aposentar.

A mudança garantirá só o pagamento parcial, de 76% do salário de benefício, para o mínimo de 25 anos de contribuição,

percentual que aumenta na medida em que o profissional permanecer no mercado de trabalho. Já imaginou ter que contribuir por 49 anos e trabalhar até pelo menos os 70? É o que a PEC define para receber aposentadoria integral.

Com a revogação da Lei nº 3.529/59, em 1997, os jornalistas já haviam perdido o direito à aposentadoria especial com remuneração integral (aos 30 anos de trabalho para os homens e 25 anos para as mulheres) e, caso a PEC 287 seja aprovada, a categoria será novamente penalizada.

Para a direção do Sindicato dos jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), as mulheres jornalistas serão ainda mais prejudicadas porque, ao igualar idade e tempo de contribuição mínimos para que homens

e mulheres se aposentem, a PEC 287 ignora as desigualdades de gênero históricas no país, bem como a jornada dupla e até tripla enfrentada pelas trabalhadoras.

Outro agravante é o avanço da pejotização e de outras formas de contratação sem vínculo empregatício formal nas redações, que levam ao não pagamento da contribuição previdenciária.

Preocupado com o impacto da proposta, o SJSP está discutindo a questão com a categoria e promove debates. O primeiro, com foco na mulher jornalista e a PEC 287, ocorre em 07/03, 19h30, na sede da entidade (saiba mais no [www.sjsp.org.br](http://www.sjsp.org.br)). No Jurídico da entidade também há um atendimento especializado para tirar dúvidas e prestar orientações sobre Previdência.

### ■ O que muda se a reforma for aprovada?



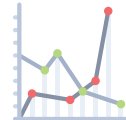
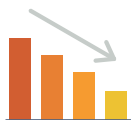
#### Homens com menos de 50 anos e mulheres com menos de 45 anos

Pela legislação atual, uma jornalista celetista de 38 anos, com 15 de contribuição, se aposenta aos 53 para receber o benefício parcial ou aos 54 anos com o integral. Mas se a reforma previdenciária for aprovada, terá que trabalhar 11 anos a mais, até os 65 anos, para receber o benefício parcial, ou até os 72 para aposentadoria integral.



#### Homens com mais de 50 anos e mulheres com mais de 45

Pela regra vigente, um jornalista de 52 anos e 27 de contribuição pode se aposentar aos 60 para receber o benefício parcial ou até os 64 para a aposentadoria integral. Com a regra de transição da PEC, terá que trabalhar até os 64 para aposentadoria parcial ou até 74 anos para o benefício integral.



### Déficit na Previdência: mito ou verdade?

Para o advogado previdenciário André Pereira dos Santos não há déficit. “Na prática, há desvios de dinheiro e não estou dizendo só de corrupção. Estou falando de pegar o dinheiro da Previdência Social e aplicar em outras áreas para outros fins, e isso é o que acontece”.

Ele explica que, pela Constituição de 1988, a seguridade social (previdência, assistência social e saúde) deveria ser constituída não só pela contribuição previdenciária, mas também por fontes como a Con-

tribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e o Programa de Integração Social (PIS/Pasep). Para estabilizar a economia, em 1994 as contribuições passaram ao Fundo Social de Emergência que, em 2000, passa a se chamar Desvinculação de Receitas da União (DRU). Desde então, na prática, os recursos são usados para formar superávit primário e pagar os juros da dívida pública.

Professor do Instituto de Economia da Unicamp, Fernando Nogueira da Costa diz que há um déficit, mas devido a causas con-

junturais como a falta de incentivos à atividade econômica em meio à queda do Produto Interno Bruto. “Isso afeta o emprego e pessoas desempregadas vão para a informalidade, deixam de contribuir. A outra questão é estrutural e demográfica, é o envelhecimento da população, que, no momento, não é o mais grave, isso é uma perspectiva de vir a ser”.

Costa avalia que o déficit desapareceria caso as contribuições previstas na Constituição voltassem à Previdência. Para ampliar os recursos “tem que aumentar a tributação de quem pode pagar mais

impostos, que são os mais ricos, mas esse debate não é feito, não aparece e não se questiona. Só se fala em corte de gasto, mas não de aumento da arrecadação”, aponta.

O economista também avalia que o momento não é adequado para a mudança: “É uma reforma tentando mudar as regras do jogo com cortes que, desconfia-se, são arbitrários. Esse programa de governo não ganhou a eleição, não há legitimidade política para propor uma reforma tão radical, com corte de benefícios sociais que afetam a vida de todos”, conclui.



# Rádio e TV: Campanha salarial segue sem acordo

Empresários alegam “crise”, mas setor se mantém lucrativo enquanto jornalistas estão há dois anos sem reajuste

Cadu Bazilevski

Depois de cinco rodadas de negociação desde dezembro passado, a Campanha Salarial de Rádio e TV terminou sem acordo até o fechamento desta edição. No plebiscito realizado entre 7 e 10 de fevereiro, com a participação de 1.273 profissionais, 52% dos jornalistas de Rádio e TV votaram “Não” para proposta patronal de um reajuste de apenas 13,42% sobre salários e benefícios (6% para 2015-2016 e 7% para 2016-2017).

A proposta das empresas é 5,74% abaixo dos 19,17% reivindicados pela categoria para repor a inflação acumulada desde o último reajuste, há dois anos.

Com a mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras, com protestos e quase 500 jornalistas a cada assembleia, os patrões aumentaram o reajuste em 0,5 ponto percentual na rodada do último dia 2 de fevereiro. E em vez do “pagamento compensatório” apresentado nas primeiras rodadas, equivalente a 78% do salário, os empresários formalizaram a proposta de um retroativo de 6% ao período 2015-2016. Contudo, para um período de dois anos, o patronal insiste em pagar o Programa de Participação nos Resultados (PPR) com o mesmo valor definido na Convenção Coletiva 2014-2015.

As empresas alegam crise para não atender às reivindicações dos jornalistas. Porém, apesar do cenário econômico desfavorável para outros setores, o segmento de Rádio e TV segue lucrativo e estável desde 2011, apontam dados da



Negociação prossegue em fevereiro no sindicato patronal

Receita Federal. Por isso, na avaliação da categoria, os patrões têm condições de melhorar a proposta de reajuste.

Na sexta rodada da Campanha Salarial, em 16 de fevereiro, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) leva à mesa de negociação uma nova proposta construída em conjunto pela categoria e votada em assembleia na sede da entidade, em 15 de fevereiro.

Até o fechamento desta edição, para avançar rumo a um acordo, o SJSP defendeu a seguinte contraproposta:

- **Piso salarial:** reajuste de 19,17%, parcelado em duas vezes (15% sobre os salários de 1º/12/2016 e 3,62% em 1º/6/2017);
- **Reajuste salarial:** de 15,98%, sendo 8% relativos ao ano passado e 7,39% a este ano, em vigor a partir de 1º/12/2016;
- **Retroativo:** de 8% a partir de 1º/12/2015.

## Cláusulas sociais

Os empresários propuseram a renovação dos itens da Convenção Coletiva anterior, mas, com a pressão dos jornalistas, na rodada de 2 de fevereiro foi acordado que sete cláusulas prioritárias defendidas pelo SJSP serão discutidas numa comissão paritária.

Entre os itens estão a obrigatoriedade de fornecimento de equipamentos de segurança e o adicional de 30% para os profissionais que trabalham em motolink.

Os representantes do patronal afirmaram que a comissão, definida na Convenção vigente, pode ser criada mesmo antes da assinatura do novo acordo, para que jornalistas e empresários discutam questões relativas à segurança, saúde e assédio.

Acompanhe as informações atualizadas sobre a Campanha Salarial de RTV no site [www.sjsp.org.br](http://www.sjsp.org.br)

## TRT suspende ações que tratam da Súmula 277

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) suspendeu, no âmbito do TRT-2, todos os processos relativos à aplicação da ultratividade de normas, acordos e convenções coletivas de trabalho, que tem base na Súmula 277 do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A medida coloca em prática a decisão liminar do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que, em outubro passado, suspendeu os processos e decisões trabalhistas relativos à súmula 277 do TST.

A súmula prevê que, enquanto não há um novo Acordo Coletivo entre patrões e empregados, permanece a ultratividade, ou seja, continuam valendo os efeitos do acordo anterior. A portaria atinge a ação da Campanha Salarial 2015-2016, movida pelo SJSP devido ao dissídio com o patronal, mas, até o fechamento da edição, a ação ainda não havia sido suspensa nos sistemas de acompanhamento processual do TRT.



Os jornalistas e radialistas da Fundação Padre Anchieta (FPA) vão ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) lutar pelo reajuste dos salários congelados desde 2013. Os profissionais vão recorrer da decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2-SP), que, em novembro de 2016, julgou o dissídio coletivo garantindo às categorias um Acordo Coletivo com vigência até 2020, mas a decisão reconheceu somente as cláusulas sociais, sem contemplar o reajuste dos salários e outras cláusulas econômicas.

Na sentença, os desembargadores alegaram que, por se tratar de uma fundação pública, a FPA não pode ser obrigada a destinar recursos não previstos no orçamento público.

Logo após o julgamento, o Sindicato dos Jornalistas Profis-

## RTV Cultura: Jornalistas e radialistas vão ao TST lutar por reajuste

Sentença do TRT-SP garantiu somente cláusulas sociais às categorias

sionais do Estado de São Paulo (SJSP) e o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Estado de São Paulo solicitaram embargo da decisão, instrumento jurídico que permite elucidar a sentença quando há omissões, contradição ou obscuridade. O questionamento das entidades foi quanto ao direito de estabilidade após a greve das categorias, ocorrida de 8 e 13 de setembro, além da correção da data base e esclarecimentos sobre benefícios já concedidos pela FPA, como o vale refeição e plano de saúde – que, segundo boatos espalhados pela direção da emissora, corriam o risco de ser perdi-

dos por conta da sentença.

No último dia 13 de fevereiro, o TRT2-SP respondeu ao embargo, corrigindo a data base para 1º de setembro, mas a estabilidade, segundo o tribunal, foi concedida somente até o julgamento devido à homologação parcial do acordo. Quanto aos benefícios, o documento pontua: “É óbvio que nenhum obstáculo foi imposto à manutenção de benefícios ou a concessão de quaisquer outros que sejam acordados entre as partes e os embargantes bem o sabem”.

**Orçamento** - A Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou, em dezembro, o Proje-

to de Lei 750/2016, que define o Orçamento Estadual para 2017 e, entre as emendas, está a que estabelece recursos para a FPA. A aprovação é uma conquista dos jornalistas e radialistas, que se articularam e buscaram apoio dos parlamentares na luta por reajuste salarial.

A emenda, apresentada pelo deputado estadual Carlos Giannazi, foi sancionada pelo governador Geraldo Alckmin com orçamento estimado em R\$ 5 milhões. Porém, até o fechamento desta edição, a direção da FPA não se pronunciou sobre a liberação do recurso, nem sobre uma previsão para os reajustes

## Diário de S.Paulo atrasa salários novamente e profissionais suspendem atividades

Jornalistas do veículo completaram sete meses em estado de greve e reclamam das condições de trabalho

Cadu Bazilevski



Há mais de sete meses em estado greve, trabalhadores e trabalhadoras do Diário de S. Paulo paralisaram suas atividades no início do ano, em virtude de novos atrasos de salários, descumprimento de direitos, demissões e

más condições de trabalho, como falta d'água e telefones cortados. Até mesmo a distribuição do jornal foi suspensa por falta de pagamento pelos terceirizados que executavam o serviço e os assinantes ficaram sem seus exemplares.

A decisão de paralisação foi tomada em assembleia devido aos constantes atrasos nos pagamentos. Segundo os profissionais, a situação se arrasta há vários meses, e além dos frequentes atrasos de salários, a falta de repasse do FGTS à Previdência e do Imposto de Renda à Receita Federal tem levado vários empregados a cair na malha fina. Os jornalistas ainda reclamam das demissões, já que desde o início do ano sete foram demitidos e vários outros pediram demissão devido às más condições.

Sem pagamento, os distribuidores terceirizados interromperam a entrega das edições no início de janeiro, e tentaram até mesmo impedir a saída de um carro da empresa com os jornais bloqueando o portão em protesto, mas a polícia foi chamada e fez a “escolta” do veículo do jornal. Como resultado, de acordo com os trabalhadores, mais de duas mil assinaturas foram canceladas

somente na primeira semana do ano. Segundo relato dos profissionais, uma única atendente recebeu mais de 50 ligações de cancelamento em apenas um dia.

O Diário de S. Paulo tem esse nome desde setembro de 2001. Até então, chamava-se Diário Popular. Nos últimos 15 anos, mudou três vezes de dono. Os jornalistas ouvidos pelo Sindicato relataram que não há papel nos banheiros e falta até mesmo água potável na redação, pois o abastecimento foi cortado. A empresa tem sido abastecida eventualmente por caminhões-pipa. Outra irregularidade apontada pelos profissionais é a contratação de estagiários “PJ”, uma vez que o jornal está devendo ao Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) e teve o contrato cancelado.

O Sindicato busca o diálogo com a diretoria da empresa para decidir juntos aos trabalhadores os próximos passos na mobilização contra as irregularidades.



## PLURALIDADE

### Ficha de sindicalização inclui quesito racial

Por Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial - Cojira

As fichas de sindicalização do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) trazem uma novidade neste início de 2017. A inclusão do quesito raça/cor faz parte da tentativa da diretoria da entidade em qualificar a ficha com informações relevantes sobre os jornalistas.

A presença desse quesito em todos os formulários de preenchimento obrigatório feito pelo poder público é pauta antiga do movimento negro organizado. Infelizmente, é algo facultativo para ações da iniciativa privada e sindical. Desde 1985, o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), a Fundação Seade e outros centros de pesquisas, vêm produzindo dados sobre as desigualdades raciais no mercado de trabalho brasileiro. Porém, com relação aos jornalistas pouco foi explorado.

Levantamento da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), de 2012, mostrou que maioria dos jornalistas são mulheres, brancas e jovens (64%), já os negros e negras jornalistas somariam 23% desses profissionais.

Entretanto, não há nada parecido com relação ao estado de São Paulo, e mesmo a pesquisa nacional da Fenaj não consegue dar conta de dizer onde trabalham e quais posições ocupam esses jornalistas. Esses seriam, segundo Ana Flávia Marx, secretária de Sindicalização da entidade, os principais motivos que levam a inclusão do quesito raça/cor no formulário do estado.

“Queremos saber qual é o percentual de jornalistas que se declaram negros, em que trabalham, quanto recebem e onde estão no mundo do trabalho”, afirmou.

A dirigente assume que essa inclusão, aparentemente tardia, ocorre em um momento de amadurecimento dos jornalistas e das comissões que compõem o Sindicato. “Quando a sociedade avança, uma entidade de caráter sindical, que defende os jornalistas e o bom jornalismo, não pode ficar parada”, pontuou.

*\*A coluna Pluralidade visa tratar de questões raciais, de gênero e de identidade no jornalismo. Mande sua sugestão para [unidade@sjsp.org.br](mailto:unidade@sjsp.org.br)*

## Violência contra jornalistas: SP concentra quase 30% dos casos no Brasil

Agressões físicas cresceram 155% na comparação com 2015

Dos 161 casos de violência contra jornalistas registrados em 2016, 44% (71) foram na região Sudeste e, destes, 27% (44) ocorreram em São Paulo, percentual que faz do estado paulista o maior protagonista das agressões, censura e cerceamento à liberdade de imprensa no Brasil. Os dados são do Relatório de Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil 2016, divulgado em janeiro pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ).

Dos 44 registros de violência em São Paulo, 70% (31) foram na capital paulista, cidade que concentrou a maioria dos protestos em defesa da democracia. Os outros 30% (13) ocorreram em municípios de todas as regiões do estado, como Campinas, Diadema, Embu das Artes, Matão, São Bernardo do Campo, Santos e Ribeirão Preto.

Na comparação com 2015, houve um aumento de 83% nos casos de violência contra jornalistas em São Paulo. Considerando somente as agressões físicas, o salto foi de mais de 155%, de nove para 23 registros no ano passado. A maior parte dos casos ocorreu no segundo semestre de 2016, quando se acirrou a conjuntura de golpe à democracia e, com ela, o aumento da violência contra os jornalistas que cobriam os protestos populares.

Por registrarem e denunciarem os abusos da Polícia Militar do governo Geraldo Alckmin (PSDB) contra os manifestantes, os jornalistas seguem como alvo da corporação em São Paulo - policiais militares representam 58% dos agressores no estado, aponta o levantamento.

Os dados do relatório da Fenaj confirmam a importância da luta pela liberdade de imprensa e contra o cerceamento profissional, acirrada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) no ano passado.

Preocupado com a segurança dos jornalistas em meio à violência crescente nas manifestações, o Sindicato promoveu, entre outras ações, uma audiência pública em parceria com o Ministério Público de São Paulo (MP-SP), em setembro passado.

Na ocasião, foram dezenas de relatos que lembram um cenário de conflito armado e não as ruas da principal capital do país - agressões físicas e verbais, violência psicológica, destruição de equipamentos fotográficos e celulares. As denúncias integram um processo civil em andamento, instaurado pelo MP-SP, para garantir o direito constitucional de acesso à informação pela sociedade.

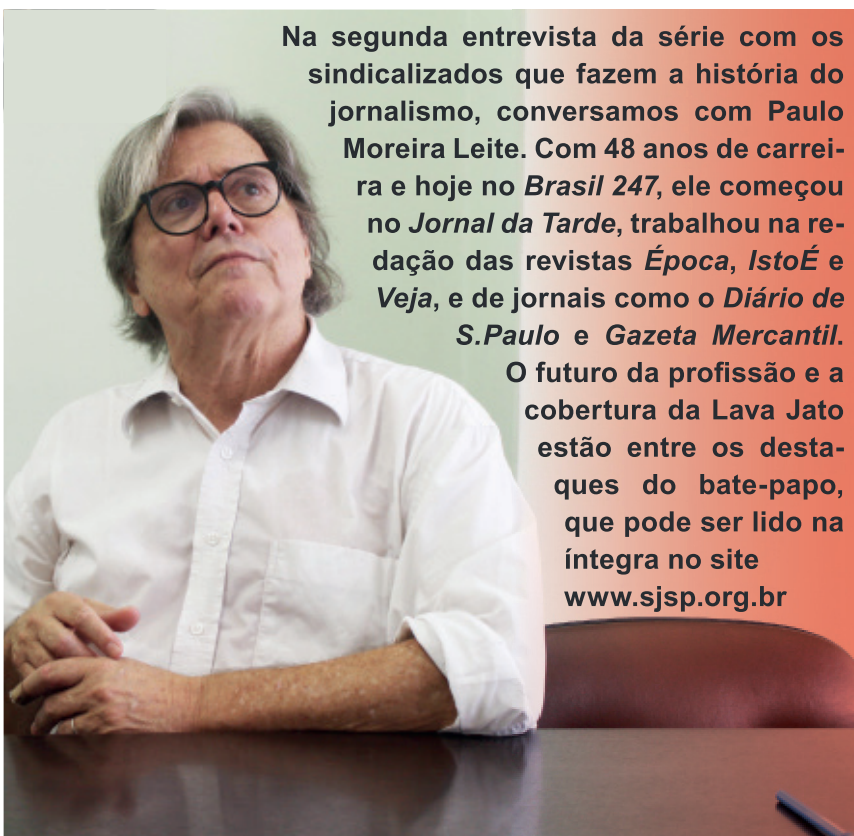


UNIDADE  
entrevista:

## Paulo Moreira Leite

“ O jornalismo continua cumprindo uma função social: separar o joio do trigo”

Flaviana Serafim



Na segunda entrevista da série com os sindicalizados que fazem a história do jornalismo, conversamos com Paulo Moreira Leite. Com 48 anos de carreira e hoje no *Brasil 247*, ele começou no *Jornal da Tarde*, trabalhou na redação das revistas *Época*, *IstoÉ* e *Veja*, e de jornais como o *Diário de S.Paulo* e *Gazeta Mercantil*.

O futuro da profissão e a cobertura da Lava Jato estão entre os destaques do bate-papo, que pode ser lido na íntegra no site [www.sjisp.org.br](http://www.sjisp.org.br)

**Como você avalia o andamento da Lava Jato? No livro “Uma outra história sobre a Lava Jato”, você pontua que se trata de uma investigação necessária, mas que virou uma operação contra a democracia no país.**

A corrupção é ruim para qualquer país, tem que ser investigada e punida porque é uma ameaça em si à democracia, porque é informação privilegiada, são negócios escusos feitos de uma forma que não se vê e isso corrói. A questão é que a Lava Jato transformou a corrupção na principal agenda do Brasil e serviu para o velho propósito conservador, que é esquecer os problemas de fato no país – desenvolvimento, miséria, educação, saúde – para colocar a corrupção como um problema moral e que não é porque existe no mundo inteiro em que existam problemas mo-

rais. A questão é saber como se trata isso. Quando se coloca a corrupção como ponto determinante da agenda política, e é isso que acontece com a Lava Jato, o judiciário passa a ocupar o papel de governo, a definir os rumos que o país. Sabemos que não há investigação neutra, sempre tem um foco político que é óbvio – ela começa com o governo Lula. É uma coisa que é contra a agenda política, contra a soberania popular e o grande efeito é a indicação seletiva do Alexandre Moraes ao Supremo Tribunal Federal para garantir que a operação continue seletiva, que não extravase.

**Para você, que é sindicalizado, qual é a importância e o papel do Sindicato?**

Estamos vivendo um momento histórico em que o jornalista está se despedindo de uma grande ilusão

que foi alimentada nas últimas duas décadas – a de que jornalista não é trabalhador como os outros, de que os bons jornalistas são indivíduos com direito a uma existência à parte, a viver quase como grandes executivos, não só nos salários, mas com bônus, gratificação, férias, passagens... Essa é a utopia que durou duas décadas e fazia com que a noção de jornalista como parte da classe trabalhadora fosse afetada, quando não destruída. Hoje está acontecendo uma situação bastante desvantajosa, os empregos estão precários e acho que os jornalistas estão se despedindo dessa ilusão porque está claro que é uma alternativa para muito poucos e que não responde nem aos interesses do bom jornalismo, nem cria condições de igualdade, nem permite que a profissão seja exercida com o mínimo de condições dignas. O Sindicato volta a ter um papel muito grande e insubstituível, pois hoje a categoria está vivendo a situação quase de um pré-capitalismo porque não se tem mais emprego, nem registro profissional. Você é quase como um “avulso”, o trabalho informal virou quase uma regra e, se não tiver uma entidade para defender seus direitos e interesses, vamos viver assim, em trabalho precário, exercido nas piores condições, com um jornalismo no limite do impraticável.

**A quebra do sigilo de fonte é outra questão que tem preocupado, temos visto vários episódios de ameaça ou de violação desse sigilo...**

O sigilo de fonte é uma garantia da democracia. Jornalista sem sigilo de fonte não pode publicar notícias inconvenientes para quem está no poder. É para isso que é preciso sigilo

de fonte. A quebra do sigilo faz parte dessa ofensiva contra os direitos democráticos e atinge os jornalistas como atinge advogados que têm escritórios invadidos. Mas é evidente que a Lava Jato vai ser feita sempre seletivamente e ninguém vai quebrar o sigilo da fonte de jornalistas que publicam textos parciais, verdades parciais de delações premiadas em ocasiões muito oportunas, que publicam coisas que nunca se demonstra que foram ditas, mas que ninguém desmente...

**A famosa “tenho uma fonte que me falou”...**

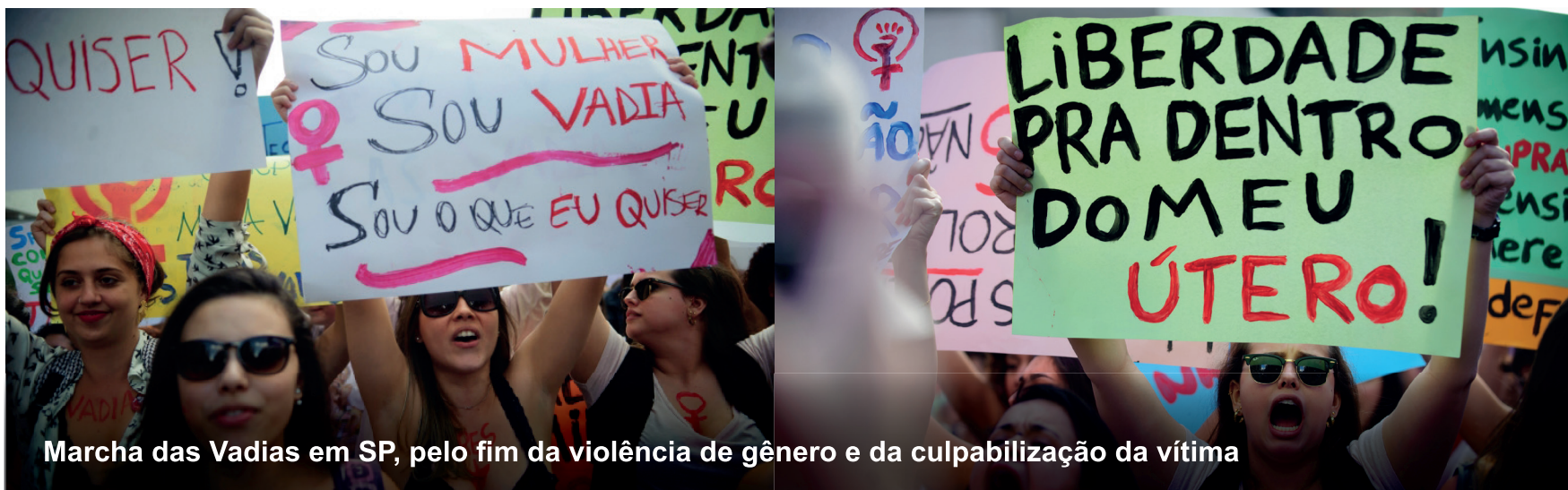
Então, e quando é para um lado pode e para o outro não pode. É a coisa seletiva mesmo. Há um poder que escapou das mãos e que está querendo se reconstruir de todo o jeito, inclusive na imprensa.

**E quanto ao papel do jornalista e o futuro do jornalismo?**

Com toda essa bagunça da internet e todas as redes sociais, o jornalismo continua cumprindo uma função social – separar o joio do trigo. É para isso que nós existimos. Tem gente que diz que é bom porque a internet agita, mas precisamos fazer assentar, não basta agitar. As pessoas precisam ter consciência para poder agir, numa direção que entendam para onde estão indo e elas poderem ter escolha. Por isso, o jornalismo continua essencial, é importante continuar defendendo porque continua sendo precioso. Muitas coisas importantes da história nós só ficamos sabendo 20 anos depois. E por quê? Falhas do jornalismo, foi onde o jornalismo ficou ausente.



Marcelo Camargo/Agência Brasil



Marcha das Vadias em SP, pelo fim da violência de gênero e da culpabilização da vítima

## ■ Nenhuma a menos!

A virada do ano começou marcada pela violência contra a mulher, depois que uma chacina em Campinas terminou com 12 pessoas assassinadas e o suicídio do autor do crime, Sidnei Ramis de Araujo. Entre as vítimas, a ex-mulher do atirador, Isamara Filier, 41, que já havia denunciado ameaças à Polícia Civil, e o filho do casal, João Victor, de oito anos. O feminicídio chocou o país, assim como a carta na qual o assassino tenta alegar o injustificável. Há dez anos foi sancionada a Lei Maria da Penha, considerada uma das mais avançadas do mundo contra a violência doméstica. Mas esse enfrentamento continua um desafio no Brasil, como demonstra o Mapa da Violência: 106.093 mulheres foram assassinadas no país de 1980 até o mais recente levantamento, em 2013. Nestas imagens, nossa homenagem a elas que lutam – nas ruas e nos lares – por liberdade, igualdade, respeito e contra a violência, o feminicídio e o machismo.

Rovena Rosa/Agência Brasil

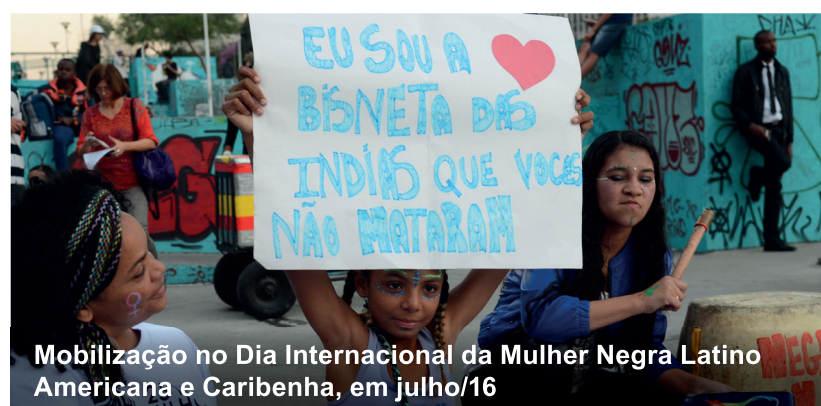


“Ni una a menos”: protesto contra a violência e em solidariedade à argentina Lucia Perez, 16, estuprada, torturada e morta por três homens em outubro/2016, em Mar Del Plata

Rovena Rosa/Agência Brasil



Caminhada na Av. Paulista no Dia Internacional da Mulher, em 8 de março/16



Mobilização no Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, em julho/16